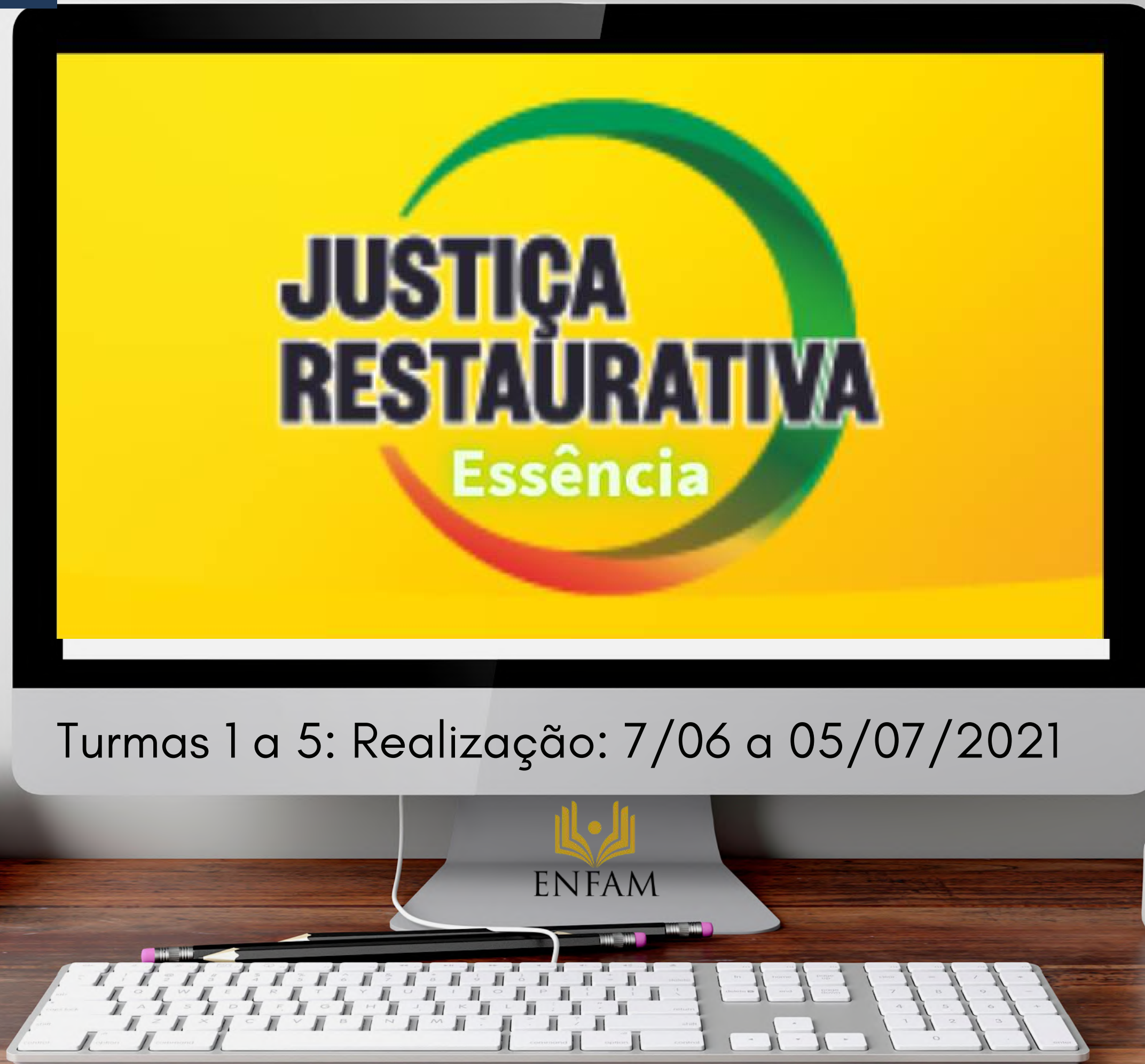




Caro (a) cursista,

BOAS VINDAS!



OLÁ!

Temos grande satisfação em ter você como participante desta ação educativa que é ofertada como oportunidade para socialização de experiências e a construção de conhecimentos, fazendo a articulação teoria-prática no que se refere ao aprendizado a ser adquirido neste curso,



IMPORTANTE!

Leia atentamente as informações e orientações deste guia. Acesse os demais materiais para conhecer melhor a Plataforma do Curso. As informações sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) serão enviadas pelo grupo de WhatsApp.



SUAS RESPONSABILIDADES

Acessar regularmente o ambiente do curso, organizando-se para estudos e realização das atividades propostas, conforme orientações do docente, observando os prazos e o critérios de avaliação.

Realizar as avaliações propostas!



RESPONSABILIDADES DOS DOCENTES

Direcionamento e mediação das atividades on-line e assíncronas, esclarecimento de dúvidas e feedback da avaliação proposta, devendo atuar conforme proposta metodológica e programação das atividades do curso.

OBJETIVOS



**JUSTIÇA
RESTAURATIVA**
Essência

Informações do Planejamento



GERAL DO CURSO :

Analisar aspectos teóricos e práticos da Justiça Restaurativa, seus princípios e valores, bem como toda a filosofia que a fundamenta, visando a dar concretude ao trabalho de implantação e a expansão da Justiça Restaurativa promovido pelo Comitê Gestor da Justiça Restaurativa, com a ampliação e o fortalecimento dos atores envolvidos com a política de Justiça Restaurativa em cada Tribunal.



ESPECÍFICOS:

- Conhecer fundamentos e procedimentos relativos à Justiça Restaurativa no contexto da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos Fundamentais;
- Analisar o desenvolvimento histórico da Justiça Restaurativa nos âmbitos internacional e nacional, bem como identificar as principais normativas internacionais e nacionais a respeito da Justiça Restaurativa;
- Compreender o conceito de Justiça Restaurativa em toda a sua amplitude, como instrumento de transformação social e mudança de paradigmas;



**Programe-se para realizar
as atividades no prazo!**

Conteúdos das Etapas/Unidades I a III:



Justiça Restaurativa e Cultura da Paz

- Cultura de Paz
- Complexidade do fenômeno violência
- O que são ações não-violentas
- Correlação Justiça Restaurativa e Cultura da Paz
- Fundamentos de Justiça Restaurativa

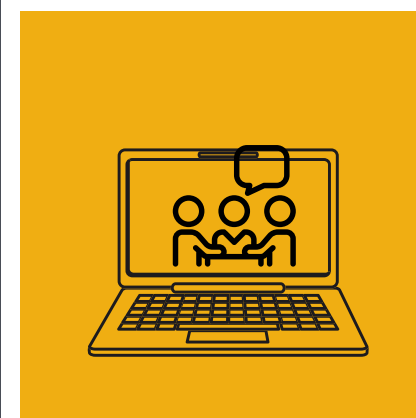
Justiça Restaurativa – seu histórico internacional e no Brasil

- História da Justiça Restaurativa no Mundo:
- Influência
- Experiências pioneiras
- Difusão pelo mundo
- História da Justiça Restaurativa no Brasil:
- Projetos-piloto • Expansão pelo Brasil

Justiça Restaurativa e seu Potencial Transformador

- Mudança de Paradigma:
- Paradigma cartesiano-mecanicista
- Paradigma holístico
- Justiça Restaurativa
- Conceitos; Princípios; Fundamentos Valores;
- Dimensões

PROGRAMAÇÃO GERAL



Data e Carga horária	Atividade Síncrona	Atividade Assíncronas
(3 ou 4/06/2021 18h-19h)	Ambientação - Inclusão Digital	Ambientação - Inclusão Digital
7 a 14/06/2021 Carga horária: 4 horas	8/06/2021 10h-12h Encontro on line Introdução ao curso Presença obrigatória	7 a 14/06/2021 Apresentação e outras atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
15 a 21/06/2021 Carga horária: 10 horas	16 e 17/06/2021 Rodas de Conversas Previsão: Opção 1: 10h-12h Opção 2: 18h-20h	Assistir videoaula (Aula gravada) Participar de Fórum Atividade avaliativa
22 a 28/06/2021 Carga horária: 10 horas	Não haverá	Assistir videoaula (Aula gravada) Fórum e Estudo de Caso Atividades avaliativas
29/06 a 5/7/2021 Carga horária: 10 horas	30/6 e 1º/07/2021 Rodas de Conversas Previsão: Opção 1: 10h-12h Opção 2: 18h-20h 2/07/2021 - Encontro online	Assistir videoaula (Aula gravada) Autoavaliação/Registro Reflexivo Atividade avaliativa
Até 05/07/2021	Não haverá	Entrega da do Registro Reflexivo

Justiça Restaurativa:

ESSÊNCIA



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:

MARCELO NALESSO SALMASO – Juiz de Direito (TJSP)

KÁTIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA– Juíza Federal em São Paulo.

JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES - Juíza de Direito (TJPR)

DOCENTES/TUTORES



ADONIRAM PEREIRA RAMOS– Pós-Graduado em Direito Tributário, Pós- Graduando em Direito processual cível, Cível e do Consumidor. Analista do TJDF e atua como Facilitador em Justiça Restaurativa na área criminal, desde março de 2018

IZABEL DA SILVA MESSIAS – Pós-graduada, latu sensu, em Direito Civil e Processo Civil, pela Universidade Candido Mendes, em parceria com a Atame – Brasília. Atualmente, é supervisora do Centro de Justiça Restaurativa de Planaltina – DF. É facilitadora em Justiça Restaurativa na modalidade mediação vítima-ofensor. É supervisora da parte prática de facilitadores em processo de formação. É membra do corpo de formadores da Escola de Formação Judiciária do TJDF.



PALOMA MACHADO GRAF –Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (Bolsista CAPES) e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela mesma universidade. Especialização lato sensu pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná e em Direito de Família pela Universidade Anhanguera-Uniderp, .

RAFAELA DUSO – Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). É especialista em Terapia de Família e de Casal pelo Instituto da Família de Porto Alegre (2008). Atualmente é psicóloga do projeto de Justiça Comunitária - Núcleo Lomba do Pinheiro, do Instituto Cultural São Francisco de Assis. Faz parte do Núcleo de Estudos em Mediação da Escola Superior da Magistratura (AJURIS).



SABRINA PAROLI– FACILITADORA E INSTRUTORA de Práticas Restaurativas. Com apoio da Kay Pranis, iniciei a multiplicação da metodologia de Processos Circulares (uma das práticas restaurativas) para profissionais de várias áreas de atuação e para quem deseja compreender com bastante simplicidade a essência da construção e fortalecimento de bons relacionamentos através de valores que trazem significado e pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



AUnidade 1

1. DISKIN, Lia. Cultura de paz: redes de convivência. São Paulo: SENAC, 2009. Versão digital disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>. Acessado em 19 ago 2020.
2. DISKIN, Lia. Prólogo. Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz. Texto publicado no Guia de Cultura de Paz, 1ª edição, São Paulo, 2007.
3. MEDEIROS, Josineide Gadelha Pamplona e DA SILVA NETO, Nirson Medeiros. Da Cultura da Violência ao Movimento da Justiça Restaurativa: Notas Introdutórias. Texto extraído e adaptado do artigo Enfoque restaurativo e processos circulares no atendimento socioeducativo, publicado no livro Ações socioeducativas: saúde integral dos adolescentes em medidas socioeducativas e justiça restaurativa, lançado pelo DEGASE, Rio de Janeiro, em 2019.
4. PENIDO, Egberto. Justiça Restaurativa e Cultura de Paz: uma jornada de alma. In PELIZZOLI, Marcelo L. (Org.) et alii. Justiça restaurativa: caminhos da pacificação social. Caxias do Sul-RS: Educus; Recife-PE: UFPE, 2016 – Capítulo 6, pp. 84/85.

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=fPoacGR-MsI> (Lia Diskin questiona a punição em escolas e presídios).

Unidade 2

1. BRANCHER, Leoberto e FLORES, Ana Paula Pereira. Por uma Justiça para o Século XXI; in Horizontes a partir da Resolução 225 do CNJ, Brasília, 2016, p. 91/93.
2. Curso EAD Justiça Restaurativa CNJ – ENFAM, Unidade II, Egberto de Almeida Penido e Leoberto Narciso Brancher.
3. Lei Federal n. 12.594/2012 – “Lei do SINASE”.
4. MEDEIROS, Josineide Pamplona e DA SILVA NETO, Nirson Medeiros. Breve Histórico da Justiça Restaurativa no Âmbito do Poder Judiciário Brasileiro - Texto extraído e adaptado do Plano de Ações da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, intitulado Justiça Restaurativa: Construindo Paz e Bem Viver; assim como da apresentação do Dossiê: Justiça Restaurativa no Brasil: Experiências e Pesquisas do Sul e do Norte, publicado na Revista Ciências da Sociedade, em 2019.
5. Meta 08 de 2016 do CNJ – Justiça Estadual.
6. PENIDO, Egberto de Almeida. Justiça Restaurativa no Brasil. Trecho extraído do livro Mediação de conflitos para iniciantes, praticantes e docentes. Part. 2; Cap. 7.1; Editora JusPodivm. 2017.
7. PENIDO, Egberto de Almeida. Origens da Justiça Restaurativa no Brasil. Material redigido para a apresentação da Delegação da Justiça Restaurativa Brasileira ao Simpósio Nacional de Justiça Restaurativa do Canadá, 2019.
8. Resolução CNJ nº 225/2016.
9. Resolução n. 12/2002, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Vídeo: Link do vídeo: https://drive.google.com/file/d/1NLXgTOILq00QaO63msd_B5yWm4Q14Ezu/view?usp=sharing (ver o tema link): O que é Justiça Restaurativa? <https://www.youtube.com/watch?v=Nrd7uZ3p3NQ>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



Unidade 3

1. CAPRA, Fritjof & LUISI, Pier Luigi. A Visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.
2. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Resolução nº 225 de 31 de maio de 2016. 2016b. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atosadm?documento=3127>. Acessado em 19 ago 2020.
3. COSTA, Daniela. Monitoramento da Justiça Restaurativa em Três Dimensões. Sergipe: Editora UFS, 2019.
4. ELLIOT, Elizabeth M. Segurança e cuidado: justiça restaurativa e sociedades saudáveis. São Paulo: Palas Athena, 2018.
5. JAREZ R., Xesús. Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Editora Palas-Athena, 2004, pp. 31 a 39.
6. PAVLICH, George. Governing Paradoxes of Restorative Justice. Nova Iorque, EUA e Oxon, Canadá: Routledge-Cavendish, 2007.
7. PAVLICH, George. What are the dangers as well as the promises of Community involvement? In TOEWS, Barb e ZEHR, Howard (editors). Critical Issues in Restorative Justice. Criminal Justice Press, 2004, pp. 173 a 183.
8. PRANIS, K. Processos circulares de construção de paz. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.
9. SALM, João; KAYINGO, Gerald & HASS, Virginia MacCoy. Creating a Culture of Restorative Justice. In KAYINGO, Gerald & HASS. Sobre princípios da Justiça Restaurativa, Virginia MacCoy (editors). The Health Professions Educator: a practical guide for new and established faculty. Springer Publishing Company, LLC: Nova Iorque, 2017, 359 a 368.
10. SALMASO, Marcelo Nalesso. A Justiça Restaurativa e sua Relação com a Mediação e a Conciliação: trilhas fraternas e identidades próprias. In LAGRASTA, Valéria Ferioli & ÁVILA, Henrique de Almeida. Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses - 10 Anos da Resolução CNJ nº 125/2010. São Paulo: Instituto Paulista de Magistrados (IPAM), 2020, pp. 389 a 408.

Vídeo: Rap da Justiça Restaurativa: <https://www.youtube.com/watch?v=6DFlow8P1xA>



Manoel Leão
Equipe de Planejamento



Marizete
Coordenação Pedagógica



Jaqueline
Secretária Executiva



Celi
Coordenação de Desenvolvimento
- inscrições e certificação



Sueli
Seção de Planejamento

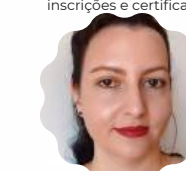


Paulo
Equipe de Planejamento

*Nós, da Equipe Enfam, atuantes no
planejamento e desenvolvimento deste evento,
desejamos-lhe significativas aprendizagens!
Conte conosco!*



Ana Paula
Seção de Desenvolvimento-
inscrições e certificação



Tammy
Equipe de Planejamento

enfam@enfam.jus.br / Fone: (61) 3319-7720



FICHA TÉCNICA

Créditos:

Marizete da S. Oliveira.

Organização/Design
com colaboração de:

Darla Maciel